Do cânone à contestação: visões sobre o Pensamento Social no Brasil

Ana Rodrigues Cavalcanti Alves[I]*
Helga Gahyva[II]**

http://doi.org/10.1590/S2178-149420250611

[I] Professora Adjunta da Universidade Federal da Bahia, Salvador (BA), Brasil.
* Mestre e doutora em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco. Atua como docente e pesquisadora do Programa de Pós-graduaçaõ em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia. Autora de "Com o suor do trabalho'": uma análise do ethos dos batalhadores manifesto no âmbito do consumo" e co-organizadora de "Estabelecidos e Outsiders do Pensamento Social Brasileiro". E-mail: anarodrigues@ufba.br.
https://orcid.org/0000-0001-9121-882X

[II] Professora Associada do Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro (RJ), Brasil.
** Mestre e doutora em Sociologia, atua como docente e pesquisadora no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSA/UFRJ). É autora de artigos nas áreas de Pensamento Social no Brasil e Teoria Sociológica e do livro "O inimigo do século: um estudo sobre Arthur de Gobineau (1816-1882). E-mail: Helga.gahyva@gmail.com
https://orcid.org/0000-0002-4581-7212

Recebido em 19 de outubro de 2025 e aprovado em 5 de novembro de 2025.
Editora responsável: Juliana Marques.

CC BY

Nesta seção do dossiê, convidamos seis professores(as) e pesquisadores(as), vinculados(as) a diferentes instituições do país, a refletir sobre alguns dos desafios teóricos, metodológicos, políticos e institucionais que se colocam ao ensino e à pesquisa sobre o Pensamento Social no Brasil (PSB) na primeira quadra do século XXI. Contamos com a participação de Eliane Veras Soares (Universidade Federal de Pernambuco - UFPE), Enio Passiani (Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS), Mário Augusto Medeiros da Silva (Universidade Estadual de Campinas – Unicamp), Sergio Barreira de Faria Tavolaro (Universidade de Brasília – UnB), Vera Alves Cepêda (Universidade Federal de São Carlos – UFSCar) e Ynaê Lopes dos Santos (Universidade Federal Fluminense – UFF).

A diversidade disciplinar, regional, racial, geracional e de gênero dos(as) participantes se inscreve nos distintos modos de compreender, produzir e ensinar o Pensamento Social e Político no Brasil. Reivindicar a pluralidade da área não implica retirar dela suas especificidades como campo de produção intelectual do (e sobre o) país. A esse respeito, cumpre observar a reafirmação da importância das "tradições" relacionadas à própria historicidade do campo –, e que têm sido tensionadas e ampliadas, de modo a responder às transformações econômicas, socioculturais, políticas e institucionais que marcam o país no tempo presente e se imprimem de modo sensível no campo em tela, demandando sua reinvenção e democratização. A mudança no perfil socioeconômico e racial dos(as) estudantes das universidades brasileiras, impulsionada sobretudo pelas políticas de ações afirmativas, ressoa nas respostas como importante fator de renovação da área. Sobre esse e outros desafios, nossos(as) interlocutores(as) oferecem reflexões críticas e apontam saídas criativas que serão apresentadas a seguir.

1) Quais têm sido os principais desafios teóricos e metodológicos enfrentados, hoje, por quem pesquisa e trabalha com o PSB?

Eliane Veras Soares (EVS): Essa é uma pergunta ampla que pode trazer dificuldade para quem está em uma universidade no interior do Nordeste ou Norte do país, pois a resposta pode ser muito distinta de quem está nos grandes centros que criaram e desenvolveram esse campo de estudos e que, de certa forma, continuam ditando suas diretrizes – por exemplo, indicando quais autores e temas devem ser estudados. Esse é um desafio para nós que não falamos a partir do centro. Precisamos, ao mesmo tempo, conhecê-lo e desconstruí-lo. Isso exige que possamos olhar para as nossas questões desde nosso lugar no campo. Se estou ancorada em uma realidade do Nordeste do país, preciso compreendê-la sem abandonar a minha intuição sociológica, a minha percepção do problema, substituindo-a

por uma interpretação sociologicamente legitimada, por exemplo. Óbvio, também, que não se trata de excluir tais leituras, mas de entender seus processos de produção e os vieses que elas podem engendrar. A questão da relação com o centro torna-se ainda mais problemática quando ousamos refletir sobre o cânone consagrado. O que o olhar da periferia teria a dizer sobre a produção mais estabelecida no centro? Penso que a imaginação sociológica cumpre um papel fundamental nesse desafio e, ao lado dela, o trabalho coletivo. O caso de um grupo de pesquisadores, baseado em universidades do Nordeste, que toma como objeto de investigação a obra de Florestan Fernandes, exemplifica a possibilidade de aprofundar a investigação e, ao mesmo tempo, estabelecer uma interlocução frutífera com o centro.

Enio Passiani (EP): Os desafios não têm sido poucos, mas, ao mesmo tempo, têm sido muito instigantes e desafiadores. A renovação dos cânones do PSB se deve, em boa medida, ao arejamento da universidade pública graças às políticas de inclusão – que, infelizmente, não foram acompanhadas da mesma maneira pelas de permanência –, que não só transformaram o perfil do corpo discente – alterações que não atingiram no mesmo ritmo e profundidade o corpo docente –, mas impactaram agendas de pesquisa e currículos dos cursos de Ciências Sociais. Novos(as) autores(as) passaram a habitar os cursos e as investigações, exigindo dos(as) professores(as) uma mudança de rota, obrigando-os(as) a visitar e revisitar outras perspectivas e os(as) inclinando a mudar a maneira como leem e mobilizam os clássicos – renovando-os, sem sombra de dúvida. Por exemplo: já há trabalhos que utilizam a sociologia de Pierre Bourdieu para compreender a produção social do corpo negro. Vejam como é possível inovar uma abordagem, atualizá-la sem simplesmente descartá-la. O desafio está aí: como avançar teórica e metodologicamente a partir do que já foi feito, sem abandonar o imenso reservatório de ideias, métodos e pesquisas realizado e acumulado.

Mário Medeiros (MM): Penso em dois desafios entre os principais: primeiro, enfrentar as mudanças sociais no tempo presente com as ferramentas de que dispõe a área; segundo, renovar seus debates clássicos, procurando matizes e explicações novas sobre temas e objetos do passado, inclusive em lacunas deixadas por colegas que nos antecederam, por razões variadas (fontes, métodos, interesses, posições políticas). No primeiro caso, penso que a área de PSB pode ser instigante para tratar do tempo presente e de questões como a permanente tensão entre autoritarismo e democracia e os impasses dos direitos civis, sociais e políticos para sujeitos sociais que se tornaram protagonistas do debate contemporâneo em termos de gênero, raça e classe. No segundo, tendo em vista que as Ciências Humanas são uma forma de conhecimento cumulativo, revisitar os clássicos com os olhos do tempo presente não será um exercício inútil. Assim, colocar a serviço as possibilidades de

CC BY

ferramentas digitais, por exemplo, para investigação de fontes, produção de redes, renovar a ideia de prosopografia e mesmo verificar outros elementos contextuais para a realização dos sujeitos e suas obras no passado serão de grande valia.

Sergio Tavolaro (ST): Dentre os desafios da pesquisa e ensino em PSB, gostaria de mencionar dois que adquiriram realce na atualidade: por um lado, ao se contemplar pensadoras(es), itinerários intelectuais e obras que, em diferentes momentos, ambicionaram explicar a vida social no país, convém não cair presa de certo nacionalismo metodológico que, implícita ou explicitamente, tendeu a circunscrever seus próprios horizontes de imaginação. Nesse caso, conferir relevo a tal fatura com o fito de fazê-la objeto de pesquisa e reflexão de modo algum equivale a atribuir a seu referente prioritário (i.e., a dita sociedade brasileira) alicerces ou predicados nacionais estritos que, desde pronto, o segregariam de outros contextos coetâneos. Por outro lado, também é preciso evitar que a delimitação – lembre-se, sempre precária e inconclusa – dessa constelação intelectual (autoras(es), obras, instituições etc.), para fins de análise sistemática, subestime ou, na pior das hipóteses, oculte por completo suas relações, enlaces e conexões com um universo de ideias bem mais abrangente de preceitos ético-morais e de referências estético-expressivas com o qual, aliás, compartilha inúmeros pressupostos epistemológicos.

Vera Cepêda (VC): Devido ao volume de trabalhos produzidos ao longo de décadas de reflexão sobre as formas assumidas pela produção do "pensamento social", formou-se uma constelação de focos de análise (momentos, escolas, paradigmas, autores, obras, agendas, temas, repertórios) que pode se inclinar para: a) verticalização (ganhando profundidade, rigor, detectando nuances, hermenêutica e alta especialização); observação panorâmica, com diálogos e mudanças geracionais, de momentos ou fases, bem como de focos comparativos, incluindo recepção, aclimatação e ressignificação entre o pensamento nacional e o internacional; e c) evolução diacrônica, detectando as mudanças entre teses, teorias e agendas *vs.* contextos. Nesse rico mosaico, o desafio é não perder de vista, nas leituras mais pontuais ou nas de mais amplo escopo, o papel exercido pelo conceito e pelo método do pensamento socialmente constituído – em seu enraizamento originário, em sua capacidade de articulação explicativa de um dado momento e, também, em sua mutação. Isso significa que há um risco de reducionismo na tendência da superespecialização em uma área tão extensa e longeva, privilegiando o recorte e fragilizando a compreensão da dinâmica da relação ideias--*ethos* (historicamente condicionada, operadora da ação no presente e orientadora de efeitos no futuro social). Aliar o necessário esforço do recorte aos princípios epistemológicos da área é demanda que resulta da expansão dos trabalhos, da integração de novos autores (o panteão

só aumenta) e da revisitação de teses e autores a cada mudança importante de evolução do pensamento nacional e internacional.

Ynaê Lopes dos Santos (YLS): Considero importante começar a resposta ressaltando que o PSB é um campo consolidado nas ciências sociais brasileiras, que tem demonstrando significativa densidade e diversidade teórico-metodológica nos últimos 30 anos, em grande medida um reflexo da ampliação e consolidação dos programas de pós-graduação e dos grupos de trabalho em todo Brasil. Mas também é importante dizer que esse campo, como qualquer outra área de estudo das ciências, não esteve e não está à parte dos ditames que organizam o país. Desse modo, durante muito tempo o lugar de enunciação do PSB foi ocupado quase exclusivamente por homens brancos pertencentes à classe média e às elites brasileiras, que definiram, ao longo de décadas, não apenas as formas de interpretar o Brasil, mas também os temas, as agendas e as políticas que moldaram o país. Esse quadro reflete intersecções estruturais de raça, classe e gênero, frequentemente naturalizadas e invisibilizadas em um contexto marcado pelo racismo e pelo sexismo. Nesse sentido, um dos principais desafios teóricos e metodológicos reside na ampliação dos sujeitos que falam a partir do território que foi consolidado como PSB. É importante destacar que esse desafio específico vem sendo travado de forma muito propositiva e competente, e, a título de exemplo, cito os trabalhos de Flavia Rios, Alex Ratts, Matheus Gato, Paulina Alberto, Gustavo Rossi, Mario Medeiros e Muryatan Barbosa, que, nos últimos anos, têm se dedicado ao estudo de importantes intelectuais negros que por muito tempo ficaram fora do seleto grupo do PSB. No entanto, a ampliação de repertório precisa lidar com dois desafios: o primeiro diz respeito à localização e ao entendimento sobre quais são os arquivos nos quais podemos acessar a produção de intelectuais negros e não brancos. O segundo é o cuidado de não restringir esses homens e mulheres a "caixinhas identitárias" que, muitas vezes, são concedidas para anexar, sem realmente incorporar, as contribuições analíticas de intelectuais tidos como periféricos ou subalternizados. E aí vamos para o que considero o terceiro desafio: racializar a regra. Não basta constatar que a maior parte dos nomes que compõem o PSB é de homens brancos. É fundamental que a pertença racial, a identidade de gênero e a condição socioeconômica desses sujeitos não sejam naturalizadas como pré-requisitos para ser um "cânone" da área. Isso porque o olhar e as questões que esses homens lançaram sobre o Brasil, assim como as suas interpretações, estão condicionadas a quem eles são.

CC BY

2) O campo do PSB é muitas vezes associado a um cânone formado por poucos autores e obras. Como você vê esse legado hoje? Ainda faz sentido falar em "tradições" ou "paradigmas" do PSB?

EVS: Legados e tradições existem, entretanto o pensamento muda com a realidade. A questão racial e a de gênero são as mais evidentes no processo de atualização do campo. Embora a questão racial esteja na base da sua formação, pois ela é central para a construção da nação e da identidade – problema a partir do qual emerge o campo do PSB –, as leituras tendem a ser feitas em outras bases analíticas, e novos termos e conceitos tornam-se obrigatórios dentro do campo. Não sou favorável ao apagamento de autores que foram relevantes – há uma dimensão importante na historicidade do pensamento. Entretanto, novas autoras e autores precisam ser conhecidos e incorporados a esse legado. Para isso, considero que a literatura cumpre um papel fundamental pouco explorado.

EP: Ainda faz muito sentido falar em "tradição", uma palavra frequentemente mal interpretada e utilizada. "Tradição" não pode ser tomada como "paralisia", "engessamento", pois não é disso que se trata. Convém lembrar a tradição dialética encarnada por Raymond Williams em *Cultura e sociedade*: ao *Sociedade*. Ao reconstruir o modo como a noção de "cultura" vai sendo definida e redefinida ao longo do tempo, ele não se limita a reconstituir certa tradição intelectual inglesa, mas insere-se nela ao romper com ela. De outro modo: romper com uma tradição, para Williams, não significa destruí-la ou destituí-la, mas reinventá-la, redirecioná-la. No fundo, trata-se de associar a tradição a certo tipo de ancestralidade. Quem são os meus e as minhas ancestrais? Em qual medida sou um herdeiro ou um insurgente? Penso que o grupo de pesquisa Laboratório do Pensamento Social Brasileiro (LAPES-Br), ao qual estou ligado, realiza um trabalho muito bom nesse sentido, desde o seu princípio refletindo, debatendo e estimulando a discussão sobre a relação nem sempre fácil entre "estabelecidos" e "outsiders".

MM: Creio ser equivocado afirmar que haja escassez de autoras, autores e obras do PSB. Cada vez mais o número de autorias e trabalhos tem se ampliado de forma largamente interseccional: por regiões, para além do eixo sudestino ou estados específicos da Federação; por gênero e raça, com a ampliação do número de mulheres, brancas e negras, e de homens negros; por geração, pois tem se discutido autoras, autores e obras mais contemporâneos. As tradições são sempre inventadas. Os paradigmas são feitos para estruturar um tempo e serem rompidos. O que importa, portanto, é inventividade e pesquisa entre nós que trabalhamos com a área, para investigar processos e questões ainda em aberto, em que nos quais

novos sujeitos sociais podem aparecer para explicitar outras abordagens em temas já conhecidos ou, ainda, iluminar áreas e autorias que não foram devidamente tratadas. Vejam-se as possibilidades abertas ao revisitar a obra de Florestan Fernandes e verificar a agenda de estudos aberta entre seus orientandos e orientandas a respeito dos direitos das mulheres (Heleieth Saffioti) e da homossexualidade masculina (Fábio Barbosa da Silva); de Alberto Guerreiro Ramos e o problema da branquitude ou, ainda, acerca da solidariedade anticolonialista e transnacional; Lélia González e o debate sobre racismo e sexismo; discutir um pensamento dos povos originários no Brasil por meio de sua atuação coletiva na luta contra a ditadura e a favor redemocratização ao se observar a atuação de Ailton Krenak, por exemplo. Há muito o que fazer e outras "tradições" para se inventar ou reinventar.

ST: Para grande parte daquelas(es) que ingressaram nas Ciências Sociais nos anos 1980 e 1990, restavam poucas dúvidas sobre quem eram as principais referências do PSB. Por mais controversas que fossem suas ideias, ou por mais equivocados que parecessem os diagnósticos do país esboçados, existia um grupo seleto de intelectuais quase sempre presentes nas disciplinas aplicadas ao campo. Sob a justificativa de terem insinuado uma mirada sociológica a respeito do Brasil, costumava-se conferir destaque a Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Júnior e a seus respectivos ensaios de interpretação, para muitos um divisor de águas nesse *pensamento*. Nas ementas preocupadas com os precursores da célebre geração, dirigia-se atenção aos trabalhos de Alberto Torres, Oliveira Vianna, Paulo Prado e aos Manifestos manifestos modernistas, os quais permitiriam estimar as rupturas cognitivas consumadas a partir de 1930. Fosse o anseio recuar mais, em busca das raízes profundas dessas "tradições" de pensamento, chegava-se a Euclides da Cunha, Silvio Romero, Nina Rodrigues e Joaquim Nabuco. Não raro, o exercício prosseguia de molde a perscrutar o que, nos curto e médio prazos, sucedera na esteira da institucionalização das ciências sociais no país. Dali em diante, a trajetória de Florestan Fernandes assumia centralidade, símbolo maior de progressiva profissionalização e maturação de nossa sociologia. A fim de contemplar as reconfigurações intelectuais daquele quadro, zelo especial era dedicado às propaladas experiências pioneiras da Escola Livre de Sociologia e Política, da Universidade de São Paulo (USP), da Universidade do Distrito Federal (UnDF), da Faculdade Nacional de Filosofia e, pouco depois, do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). No bojo da empreitada, era habitual também apreciar as formulações de Victor Nunes Leal, Raymundo Faoro, Celso Furtado, Guerreiro Ramos, Luiz Costa Pinto e de alguns outros. Havia, por certo, variações nos programas de ensino e pesquisa. Ainda assim, tais figuras, instituições e contextos acadêmicos dispunham de certa aura difusa, respaldada na percepção de que inauguraram "veredas interpretativas" e "perspectivas analíticas"

auspiciosas e, em alguns casos, "escolas de pensamento" fecundas. Nas últimas décadas, porém, essas agências (personagens, obras, percursos e organizações) perderam parte do prestígio de que antes gozavam. Com efeito, o carisma indisputado de outrora deixou de encontrar o mesmo nível de ressonância entre as gerações contemporâneas. Transformações de monta (culturais, simbólicas, políticas, institucionais, econômicas etc.) passaram a estimular um tropel de debates a respeito de quem seriam nossos "clássicos" e das razões de seu estatuto "canônico". Verdade que várias daquelas referências continuam a frequentar ementas e programas da área. De todo modo, a disposição para a leitura dessa produção não é mais a mesma. Existem outros anseios, expectativas e motivações em voga, que, de diferentes formas, incidem com vigor sobre o PSB: no entendimento de muitos, porção bastante significativa de personagens, experiências pessoais, preocupações, tanto quanto de instituições e itinerários acadêmicos vivenciados em localidades e regiões não hegemônicas do país, mantiveram-se por longa data marginalizados ou de todo invisibilizados pelo "cânone". A se considerar o teor e a magnitude de tais mudanças, apenas o tempo dirá quais daqueles "clássicos" do passado continuarão a ser reputados como parte do legado do PSB.

VC: O legado é válido, pois expressa um *momento* pelo qual a compreensão de uma época foi realizada por atores e instituições que se dedicaram à tarefa de pensá-la. Mas é um problema se descuramos que esse processo é um corte sincrônico, que se relaciona com o passado e sua compreensão até aquela altura, que foi capaz de formar padrões explicativos e que orientou mudanças reais – já que ideias têm efeitos sociais, não apenas (re)apresentam uma dada perspectiva de realidade. Passado algum tempo, os cânones e grandes "interpretações" continuam válidos para iluminar a época e o debate de sua origem, mas assumem uma segunda condição – se esquecidos, reformulados, recuperados do ostracismo ou ainda ativos – como problema social do novo momento vivido. Trata-se de observar sua permanência ou recusa como um problema sociológico, político ou da luta intelectual no novo contexto. Assim, temos que compreender e utilizar o estudo das tradições de maneira flexível e ajustada ao devir temporal – só assim elas me parecem úteis como ferramentas de pesquisa e não se convertem em cristalizações perigosas, pois estáticas e passíveis de transmutação em dogmas. Isso implica outra questão metodológica importante: a consciência do efeito negativo do anacronismo. Parece-me complicado, por exemplo, exigir que autores, teses ou obras tenham obrigações com uma realidade posterior ou diferente da vivida em sua gênese. Suas intenções merecem ser sopesadas em seu momento original, em especial em função do repertório de época; *a posteriori*, podem ser avaliadas em seus desdobramentos e usos, mas aí o eixo da pesquisa muda, pois trata-se, agora, da recepção ou ressignificação

recebida pela tese e por sua atualização. Quanto à questão dos paradigmas, mantidas as observações sobre sua condição histórica e social de origem, eles me parecem fundamentais, pois seu surgimento, recepção e utilização promoveram um estoque de compreensões que pautou a agenda intelectual, formou pesquisadores e criou um léxico e uma gramática que organizaram o campo do debate. Há, na área, um multiverso de temporalidades cruzadas que trazem, a cada momento, uma renovação constante de questões, focos interpretativos, paradigmas e reposicionamentos do debate, ampliando e diversificando o cânone.

YLS: Essa é uma questão complexa e, ao mesmo tempo, fundamental, pois tensiona de maneira propositiva o PSB. Estamos falando de uma área nobre das ciências sociais brasileiras que, por muito tempo, e de maneira intencional, constitui-se dentro do castelo de privilégios criado em torno e por pessoas brancas, sobretudo aquelas diretamente ligadas ao exercício do poder. Ainda que estejamos em um momento profícuo, no qual tem havido um alargamento salutar dos sujeitos reconhecidos como parte do campo, não vejo uma crítica sistemática da área sobre a própria formação do PSB, o que faz com que as tradições e os paradigmas criados por esse grupo seleto continuem sendo naturalizados como "universalmente" brasileiros. Não se trata de anular a construção do campo – o que, a meu ver, seria um desserviço –, mas de historicizá-lo. A questão racial, por exemplo, constitui um dos eixos fundantes do PSB, mobilizando intelectuais considerados canônicos que, ao longo do tempo, formularam diferentes interpretações sobre o papel dela na formação do país. Gilberto Freyre, Florestan Fernandes, Oracy Nogueira, Carlos Hasenbalg, Lilia Schwarcz e Antônio Sérgio Guimarães são alguns exemplos. Mas como pensar a questão racial no Brasil sem analisar a complexidade de Manuel Querino, Guerreiro Ramos, Abdias do Nascimento, Virginia Bicudo, Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, Cida Bento, Andréa Lopes, Denise Ferreira, dentre outros intelectuais que, por serem negros, ficaram fora do "cânone" ou "paradigma"? Para que as tradições e os paradigmas construídos até agora façam sentido diante da ampliação já citada do campo, considero fundamental uma contextualização mais contundente e explícita de como e por que tais tradições e paradigmas foram construídos e consolidados, sublinhando não só as questões reveladas por eles, mas também aquilo que eles escondiam ou abandonavam. Menos do que pilares da área, tradições e cânones devem ser objetos de estudo.

3) Como tem sido sua experiência em sala de aula ao trabalhar com disciplinas voltadas ao PSB?

EVS: Durante 22 anos lecionei Introdução ao estudo da sociedade brasileira, Sociedade brasileira contemporânea, Sociologia da sociedade brasileira e Pensamento Social

CC BY

no Brasil para turmas de graduação em Ciências sociais e pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). A experiência foi se transformando com o tempo e os processos políticos precipitaram mudanças. Em 2002, por exemplo, o debate sobre as cotas raciais incendiou a sociedade brasileira e todos tínhamos que assumir uma posição. Deparei-me com o microcosmos da sala de aula reproduzindo os argumentos que afloravam fora do campus. Usei essa questão como chave interpretativa para compreender a formação da sociedade brasileira e de que modo os autores contribuem para elucidar nossos modos de ser e nossas contradições. Passados alguns anos, depois das cotas se tornarem parcialmente aceitas, alarguei meu horizonte para estudar um pouco dos países de língua oficial portuguesa e seus processos de colonização e luta por emancipação no continente africano. A expressão do racismo alcançava uma dimensão histórica global, e era do continente africano, com a exploração forçada de povos durante séculos, que a discussão precisava partir. O PSB pouco mergulhou no estudo sobre a África como tal. Esse também consiste em um imenso desafio. O modo que encontrei para incluir essa reflexão no PSB em sala de aula foi a literatura produzida por autoras e autores africanos. Fui experimentando até chegar à versão mais ousada: a leitura e discussão, em sala de aula, do romance *Um defeito de cor*, de Ana Maria Gonçalves. Nessa experiência, não lemos outros autores, embora eu fizesse as pontes e indicações bibliográficas. A autora escreve sobre o Brasil do século XIX, o da nossa transição da Independência à Abolição da Escravatura – todo um século de mudanças, rebeliões, lutas, conciliações, revolução e contrarrevolução. Sem conhecer essa época, não conseguimos penetrar no Brasil contemporâneo. O sentido de se estudar e pesquisar o PSB é criar as condições para se compreender as grandes questões do país hoje.

EP: Responder à pergunta exige retomar, brevemente, minha trajetória acadêmica. Embora pesquise, escreva, publique e oriente trabalhos no campo do PSB, desde que ingressei na universidade pública federal, há 11 anos, nunca ministrei disciplinas sobre o tema, nem na graduação nem na pós. Talvez porque não tenha se consolidado essa tradição – olha o termo aí outra vez – em meu departamento ou no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFRGS (PPGS-UFRGS). Houve, desde a criação do PPGS-UFRGS, apenas um docente que se dedicou de maneira sistemática à área, o professor Enno Liedke, aposentado há mais de 20 anos. De lá para cá, nenhum(a) docente mergulhou nesse campo. Discuti muito pensamento social em minhas aulas em uma faculdade privada, a Faculdade de Campinas(FACAMP (Facamp), que, em função de sua origem e organização, levada a cabo pelos professores João Manuel Cardoso de Mello, Luiz Gonzaga Belluzo e pela professora Liana Aureliano, não só estimulava seus professores e suas professoras das áreas de humanidades a discutirem os

clássicos de nosso pensamento, como, na organização dos currículos de várias disciplinas, fazia questão que tais autores(as) constassem nos programas de curso. No momento, organizo uma disciplina optativa, que pretendo oferecer no próximo ano, chamada Raça, Nação e Narração, composta por autores(as) canônicos(as) e não canônicos(as) e com o intuito de alargar a própria noção de "intelectual" para mostrar como a discussão sobre a nação, entrelaçada à de raça, pode ser enriquecida por aportes da literatura, música, pintura e histórias em quadrinhos.

MM: Muito interessante. Sou docente desde 2014, e tem sido uma disciplina regular que ministro. Na grade de Ciências Sociais da Unicamp, a disciplina de PSB é obrigatória para habilitação na modalidade de Sociologia. Portanto, é um curso que tem, geralmente, mais de 40 pessoas inscritas, além dos ouvintes de outras faculdades e áreas de conhecimento. Além disso, a mudança de perfil dos estudantes na Unicamp, em razão das ações afirmativas, a transformação da sociedade, com sujeitos demandantes de direitos, e os desafios da vida democrática nos últimos anos no país fazem da disciplina algo bastante requisitado para tentar "entender o Brasil". Por outro lado, isso implicou reivindicações por mudanças na bibliografia básica. Não é mais suportável, felizmente, ofertar a disciplina sem autoria feminina, negra ou indígena. A universidade, hoje, é mais feminina, LGBTQIA+, negra, pobre do ponto de vista econômico e, assim, mais plural e democrática. Cabe a nós respondermos às demandas desses sujeitos por se verem nos currículos.

ST: À sua maneira, o ambiente universitário brasileiro e, em particular, os cursos de humanidades sentiram os impactos de transformações sociais, políticas, econômicas e culturais ocorridas nas últimas décadas. Cabe recordar que as políticas educacionais de meados dos anos 2000 abriram o ensino superior (inicialmente a graduação, logo depois a pós-graduação) para estratos sociais até então ausentes ou sub-representados, introduzindo outros olhares e preocupações nas práticas letivas e nas agendas de pesquisa. Não causa surpresa, pois, as alterações de disposição observadas entre discentes de Ciências Sociais: a certa altura dos acontecimentos, o "cânone" europeu e norte-americano deixou de ser reverenciado como antes, passando a ser questionado à luz das incertezas contemporâneas; *mutatis mutandis*, os "clássicos" do pensamento brasileiro viram-se cada vez mais problematizados e indagados em sua real capacidade de traduzir a vida nacional. Concomitantemente, multiplicaram-se as demandas pela incorporação de novo contingente de autoras(es) e obras e de outros temas para a reflexão, expressiv(os) de vivências alternativas à norma hegemônica. Decerto, o cenário atual apresenta sinais inequívocos de crise; mas, a tomar pelas inquietações em sala de aula, há considerável potencial para a renovação das ciências sociais e do PSB.

CC BY

VC: Uma ressalva sobre a questão: eu ministro disciplinas da área de pensamento vinculadas ao campo da ciência política. Isso é uma diferença, pois o modo como o pensamento é compreendido nessa área pressupõe a produção de análises que permitam transformações. Então, acho que o Pensamento Social e Político está sempre vinculado entre diagnóstico e prognóstico. Os autores estão interessados em cruzar problemas que não necessariamente, em uma leitura vertical, estão entrelaçados. Por exemplo, entender a formação brasileira para remover os obstáculos do atraso, do subdesenvolvimento, superar ou encontrar alternativas ao tema da periferia, ao tema da subalternidade, da dependência. O campo do pensamento político é muito proativo. A segunda coisa que queria destacar é que acho os estudos da área de pensamento muito complexos: aos pesquisadores jovens, de meio termo e sêniores é exigido um domínio factual, histórico, conceitual e metodológico bastante amplo. Não adianta só ler o autor, é preciso conhecer seus diálogos e filiações – e as da sua obra, claro. Trabalhar nessa tensão fina, entre texto e contexto, buscando diagnóstico e prognóstico, exige um domínio de informações muito grande. Essa é a maior dificuldade dos meus alunos, sejam de graduação ou pós-graduação. Outra questão que colocaria é que a questão do método é mal resolvida para a área de pensamento social. Temos mais dificuldade do que outras subáreas de tornar isso mais claro, mais operativo. Um dos problemas que também vejo acontecer muito é o do anacronismo, é o autor ser cobrado por algo que não é pertinente ao seu tempo histórico. Também sinto que os discentes exigem dos autores que eles caminhem às vezes em certos vieses, reconheçam certas interpretações e inclinações ideológicas, quando, na verdade, há mais de uma maneira de estar no mundo do ponto de vista político. Então, precisa ter um pouco de respeito intelectual. Faço opção por dar panorama, contexto. Insisto muito no contexto histórico e no método, e só depois entro nas especificidades dos recortes da disciplina e, ao final, os alunos saem muito satisfeitos com a matéria. Mas também percebo que poucos, entre eles, saem dessa recepção positiva à adoção do campo como foco de pesquisa. Não sei se é a dificuldade que atrapalha, se é o fato de que estamos em um momento epocal no qual outras abordagens parecem mais atrativas, mais eficientes ou mais operacionais. Quando comecei a minha vida docente, o volume de alunos que buscava orientação para pesquisas na área era maior do que aquele que encontro hoje.

YLS: Sou professora da cadeira de História da América no século XIX, então minha atuação não é diretamente dentro do que se convencionou chamar de PSB – até porque meu trabalho não se limita ao país. Penso e ensino sobre o continente americano de maneira conectada, e procuro naturalizar a presença de pensadores não brancos nessa e nas demais disciplinas que ministro, ao mesmo tempo que racializo a bibliografia "tradicionalmente clássica",

formada majoritariamente por intelectuais brancos. Como nos últimos anos minhas pesquisas estão calcadas em estudos comparativos e conectados sobre intelectuais negros no Brasil, Cuba, Haiti e Estados Unidos, nas disciplinas que ministro busco trazer um pensamento negro transnacional para tensionar não só os cânones do PSB, mas também o modo como entendemos a própria produção do saber histórico. É impressionante como ainda naturalizamos uma "história oficial" – tomada quase como universal –, enquanto outras narrativas são rotuladas como "identitárias", como se a história branca no Brasil não fosse profundamente identitária. Ao trabalhar com autores haitianos, brasileiros, cubanos, jamaicanos e estadunidenses, homens e mulheres, percebo o quanto essa abordagem ressoa entre os alunos, sobretudo aqueles que vêm de grupos historicamente excluídos e que, agora, chegam à universidade pelas ações afirmativas. O ambiente de troca é muito rico, e acredito que minha presença – sendo uma das poucas professoras negras do meu departamento e da própria universidade em que atuo – abre espaço para perguntas que não cabiam nos modelos tradicionais.

4) Como promover a internacionalização de um campo de investigação que toma o Brasil e a produção intelectual do país como objetos fundamentais da sua reflexão?

EVS: Essa é uma pergunta capciosa. Diria que ela importa menos às pesquisadoras do que à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes): assim como o diálogo interno entre centro e periferia, também lhe interessa o diálogo internacional. Mas ele não pode ser visto como uma via de mão única em que lutaremos para ser ouvidos e considerados no centro. Aqui, advogo que a maior riqueza é conhecer outras realidades do chamado Sul Global, de outras periferias e centros, para estabelecer com eles um diálogo sobre nossa trajetória coletiva. O que temos em comum? O que nos distingue? Como diferentes trajetórias iluminam nossos próprios caminhos? Entretanto, essa é uma possibilidade pouco difundida, valorizada e estimulada. O que conhecemos das Américas? O que eles conhecem da nossa realidade, para além dos "brasilianismos"? E África? E Ásia?

EP: Pergunta bem difícil, pois nos conduz a uma espécie de contrassenso: internacionalizar um campo definido nos moldes da pergunta nos obrigaria a publicar em outras línguas, como o inglês e o francês, o que representaria não apenas uma contradição, mas um tipo de capitulação. Como falar apropriadamente de meu país noutra língua? Em nome da tal internacionalização, devo me render aos idiomas hegemônicos, hoje principalmente o inglês? Não sou contra trabalharmos textos em outras línguas em aulas da graduação e da pós, mas o modo como a internacionalização foi definida, implementada e cobrada apenas nos

CC BY

subalterniza. Admito não ter uma resposta definitiva a respeito, e nem conseguir comprar essa tal internacionalização nos termos impostos pelas agências governamentais – que, no âmbito acadêmico-científico, são feitos por nós mesmos(as), pesquisadores(as) e professores(as) das universidades públicas. Mas vejo pelo menos duas saídas: a) publicar em revistas internacionais importantes que aceitam artigos em português, como a *Luso-Brazilian Review* e a *Latin American Research Review*, publicação da Latin American Studies Association; e b) estreitar relações com universidades latino-americanas, cujos periódico frequentemente acolhem escritos em língua portuguesa. Neste último caso, poderíamos, inclusive, tentar publicar em espanhol. Ao nos comunicarmos em espanhol, pelo menos estaríamos fertilizando um intercâmbio cultural e intelectual com países que passaram por experiências de colonização e formas brutais de violência muito parecidas com as nossas; a despeito de certas diferenças culturais e socioeconômicas, compartilhamos um solo e memórias históricas mais ou menos comuns. Talvez essa minha inclinação deva-se ao fato de que a universidade na qual leciono, em função de sua localização geográfica, desde há algum tempo mantém vínculos acadêmicos e científicos estreitos com o Cone Sul e mesmo outros países do continente, como Chile, Colômbia e México. Há outros arranjos e parcerias possíveis, com países africanos e orientais, e, nesses casos, a comunicação provavelmente se daria majoritariamente em inglês e francês, no caso de alguns países da África. O assunto é complexo e controverso, por isso não pretendo que minhas sugestões soem como definitivas.

MM: Apostando na perspectiva transnacional dos objetos investigados. Isso implica voltar às respostas que dei às duas primeiras questões e verificar em quais debates as(os) autoras(es) do passado e do presente estavam e estão imersas(os). Comparar processos históricos e sociais para aferir a especificidade brasileira ou não (raramente é algo específico, de fato). O PSB faz parte das ciências sociais como área de investigação, para as quais a abordagem comparativa é essencial.

ST: Alguns caminhos podem ser indicados com vistas ao fomento da internacionalização da pesquisa em torno do PSB: a) apoio institucional à publicação de livros, capítulos e artigos científicos voltados à temática em revistas e editoras acadêmicas estrangeiras; b) incentivo à participação de pesquisadoras(es) da área (estudantes de graduação, de pós-graduação e docentes) em eventos acadêmicos no exterior; c) linhas de financiamento que permitam intercâmbios duradouros de docentes e discentes do país em universidades estrangeiras e que, ao mesmo tempo, estimulem projetos de investigação compartilhados com equipes sediadas em outros contextos nacionais; d) realização sistemática de eventos acadêmicos com a participação de pesquisadoras(es) (em distintos estágios da carreira) do exterior

dedicadas(os) à temática; e e) incentivo à participação de pesquisadoras(es) brasileiras(os) em associações acadêmicas internacionais.

VC: Pela via comparativa. Ao contrário de isolar o Brasil como uma "jabuticaba", creio que precisamos mudar o foco: toda produção acadêmica e intelectual tem solo, história, cultura e trajetória. Tudo é jabuticaba – e essa imagem aumenta a capacidade compreensiva, pois recupera a essência da episteme e do método do "pensamento social" como ferramenta de apreensão de dinâmicas sociais específicas. Penso que a possibilidade comparativa ajuda a iluminar todos os pontos cotejados: a alteridade explica o um e o outro, aumenta o controle sobre dinâmicas e enriquece o debate. Assim, temos que investir no diálogo da experiência nacional (no plano teórico ou nas análises factuais) com outras realidades e teorias.

YLS: Acredito que a internacionalização de um campo que toma o Brasil e sua produção intelectual como objeto central tem muitos caminhos, como o estudo e a circulação dos intelectuais brasileiros, um tema bem trabalhado aqui no Brasil, como demonstram as pesquisas de João Marcelo Maia. Outro caminho, que tenho explorado em pesquisas mais recentes, é trazer a questão racial para tensionar o próprio conceito de PSB em meio ao vasto "Atlântico negro". Os sujeitos que analiso cumprem quase todos os critérios para serem reconhecidos como intelectuais – formação superior, produção relevante, atuação pública –, mas, por conta de sua pertença racial e, muitas vezes, origem socioeconômica, foram mantidos à margem do campo. Isso me leva a trabalhar com a categoria de "intelectual negro", que considero útil, embora nunca a tome como algo homogêneo. Ainda que o racismo imponha condições semelhantes à população negra, as estratégias para interpretar os obstáculos, pensar o país e propor caminhos são múltiplas. Inserir essa análise em uma perspectiva diaspórica do Atlântico abre conexões interessantes, revelando tanto aproximações quanto distâncias entre intelectuais negros brasileiros, caribenhos e estadunidenses, e nos coloca em diálogo com a produção de um grupo mais diverso de pesquisadores. Tomar intelectuais negros como tema de pesquisa significa estar atento a relações que, muitas vezes, estiveram fora do radar do campo do PSB, e que pressupõem outras formas de conexões internacionais. Isso pode ser atestado, por exemplo, nas pesquisas de Fernanda Oliveira (UFRGS) sobre a interlocução de intelectuais e militantes brasileiros e uruguaios em regiões de fronteira; ou, então, no livro *Diásporas imaginadas*, de Kim Butler e Petrônio Domingues. Ou seja, incluir novos sujeitos no campo do PSB amplia as possibilidades de internacionalização da área.

5) "'Descentrar", "descolonizar" e "democratizar" o campo do PSB são reivindicações que ganharam força nos debates acadêmicos

recentes. Quais seriam os entraves mais significativos a essas demandas? E por onde seria possível enfrentá-los?

EVS: As pesquisadoras e os grupos de pesquisa devem se abrir para a escuta de outras produções de conhecimento e formas de analisar a realidade. Talvez, acumulando escuta, observação e registro, possamos dar um salto analítico. Penso, por exemplo, no trabalho de recolha da cultura popular feito por Mário de Andrade. Parece que o PSB se tornou demasiado abstrato, fixado demais nas interpretações consagradas, renunciando à criatividade, à inovação conceitual e à própria redescoberta do Brasil.

EP: Parte dos entraves ainda se devem, em parte, à própria história da formação da universidade brasileira, em particular – mas não exclusivamente – dos cursos de humanas, umbilicalmente ligados, na primeira hora, à França com a vinda de uma missão francesa para a USP, inegavelmente um importante centro formador de cientistas sociais para outras universidades do país; e, em um segundo momento, pouco mais recentemente, fazendo-se sentir a influência norte-americana, com vários(as) professores(as) realizando doutorados e pós-doutorados nos Estados Unidos. Essa formação, brutalmente sintetizada aqui, constitui um dos entraves ao "descentramento" e à "descolonização". A diversidade que as políticas públicas de ingresso na universidade promoveram produziu o tensionamento de perspectivas teórico-metodológicas e agendas de pesquisas, abrindo possibilidades outras em nosso campo. Tal resistência, assim, aos poucos vai esmorecendo. A melhor maneira de começar a enfrentar os entraves que ainda perduram se dá no chão da sala de aula, incorporando autores(as) diversos(as) aos currículos, incentivando alunos(as) a apresentarem propostas inusuais e, acima de tudo, escutando esses(as) mesmos(as) alunos(as), tratando-os(as) como interlocutores(as) legítimos(as) que têm algo importante a dizer e a nos ensinar.

MM: Apostando cada vez mais em diálogos com outras áreas de conhecimento e mesmo dentro das ciências sociais. O que o PSB tem a dizer sobre meio ambiente e emergência climática? Acerca de estudos de gênero, raça, classe, pessoas com deficiência e lutas por direitos, por exemplo? Quais as possibilidades comparativas entre processos sociais no Brasil e em outros países fora do Norte geopolítico global? De que maneira a área de PSB foi e é capaz de analisar processos sociais que envolvam os sujeitos subalternizados e o papel das classes dominantes? De que maneira podemos perspectivar a área de PSB para outros sujeitos e processos históricos que estiveram alijados dos estudos e de posições de privilégios na sociedade brasileira? De que forma realizar a crítica dos "clássicos" com questões do tempo

presente? Creio que essas são questões que devem nos orientar caso queiramos descentrar, descolonizar e democratizar nosso campo de investigação.

ST: Não apenas no Brasil, mas em outros ambientes universitários, as ciências sociais atravessam um momento marcado por notável reflexividade. Além do interesse pelas circunstâncias sócio-históricas de sua elaboração e pelas relações de poder implicadas em seu predomínio, objeções são lançadas quanto à sua efetiva aptidão para elucidar a vida social em diferentes contextos e situações. Conforme há pouco salientado, um dos desdobramentos dessa disposição crítica generalizada é o anseio pela reavaliação do estatuto de "clássico" de determinadas figuras e obras de interpretação do Brasil, somado a crescentes reivindicações pela introdução de experiências intelectuais usualmente subapreciadas ou de todo desconsideradas pelo "cânone". A consumação dessa agenda não é isenta de conflitos: no limite, está em questão a própria identidade das ciências sociais e de gerações de profissionais socializadas no ofício. Há, portanto, dilemas epistemológicos, teóricos e metodológicos a serem escrutinados, mas também desafios institucionais e valorativos que precisam ser considerados. Por onde começar? Eis algumas modestas sugestões: a) abrir as ementas de PSB para novas obras, temas e personagens; b) transcender fronteiras disciplinares dentro e fora das ciências sociais; c) articular a leitura do PSB com elaborações teóricas contemporâneas críticas ao imaginário sociológico; d) efetuar exercícios de contextualização histórica, institucional e intelectual de obras hegemônicas e de formulações não hegemônicas do PSB. Seja como for, uma rica e estimulante agenda intelectual prenuncia-se às gerações que aí estão e àquelas que virão.

VC: Essa é a questão mais difícil entre as cinco propostas. Vou pedir licença para fazer um movimento provocativo: descentrar, descolonizar, democratizar são percepções epistemológicas e políticas recentes. Entre o século XIX e a primeira metade do século XX vivemos um grande período de utopia no qual as grandes questões que orientaram a produção do pensamento social e político brasileiro estavam muito presas à perspectiva epistemológica do progresso: as nações tenderiam a melhorar se adentrassem as formas modernas, fosse na economia ou na formação de sociedades urbanas e industriais – e, portanto, de classes –, com capacidade significativa de inovação, produção e transformação material e com instituições políticas, culturais e formas de sociabilidade correspondentes. Era uma forma de pensamento eurocêntrica – e essa é uma intuição importante dos estudos da periferia, sobretudo se considerarmos periferia não apenas como método, mas como espécie de ontologia do ponto de vista da teoria social, capaz de orientar problemas e achados de pesquisa em relação a uma diretriz que, obviamente, veio de fora – que, naquele momento, não era encarada como

tal. O entendimento cultural passava por outras chaves explicativas. Onde tudo era classe – se pensarmos o debate brasileiro, em sua grande maioria, era classe ou Estado –, fomos descobrindo outras coisas: gênero, raça, região – elementos que entraram no debate, durante o século XX, à medida que reconfigurávamos os modos como entendemos o que significa ser social e pertencer a uma sociedade moderna. Mudaram as nossas visões de mundo, provocando alterações metodológicas. Para minha geração, que entrou na universidade no começo dos anos 1980, ideologia era uma palavra central. Toda luta política era ideológica, inclusive a partidária. Na virada do século, mas especialmente no começo dos anos 2000 – e refiro-me aqui especificamente ao campo do pensamento político e da área da ciência política –, a ideologia desapareceu. As atenções voltaram-se para instituições, processos democráticos, competições eleitorais, mecanismos de cooptação etc. Mas convivemos, agora, com o ressurgimento brutal da luta cultural: a política deslocou-se das matrizes racionais e individualistas para questões na ordem do valor, da visão de mundo, da religião. Ou seja, nós vivemos em um mundo político-ideológico no qual descentrar, descolonizar e democratizar viraram uma espécie de guerra cultural. E como resolvemos isso? Continuando a fazer a disputa, fazendo os nossos trabalhos, percebendo o que há de geral e particular e reconhecendo que estamos em um momento histórico muito particular dessa trajetória.

YLS: Entendo que "descentrar", "descolonizar" e "democratizar" o PSB são movimentos urgentes, mas correm o risco de virar slogans vazios. O ponto de partida é encarar o campo a partir da interseccionalidade e da racialidade: entender como ele foi formado, quem foi legitimado como "pensador social brasileiro" e por quê. Isso exige olhar para biografias, obras e redes de sociabilidade – muitas vezes um verdadeiro "clube" intelectual. Democratizar e descolonizar, antes de tudo, significa mapear, entender e desnaturalizar a ideia de que existe um único PSB. A diversidade deve ser pressuposto analítico, e sua ausência problema constante. Não se trata de abandonar estudos sobre intelectuais brancos, mas de aplicar a eles as mesmas perguntas críticas feitas a pensadores não brancos, rompendo com a ilusão de que suas experiências seriam universais. Desse modo, temos uma tarefa dupla: racializar e identitarizar os sujeitos entendidos como "clássicos", ao mesmo tempo em que trazemos à cena as ditas vozes dissonantes que, historicamente, foram excluídas. Mas não basta ampliar a lista de nomes, é preciso questionar as estruturas que definem quem pesquisa, quem ensina e onde se produz conhecimento no Brasil. Quais programas de pós-graduação lideram o debate sobre PSB? E por quê? Quem compõe seus quadros? A quais pesquisadores são concedidas bolsas? Quem publica e onde publica? E, claro, nada disso pode ser desconectado do Brasil real: um país marcado pelo racismo estrutural, pelo patriarcado, pela violência contra

mulheres, pela morte de jovens negros a cada 23 minutos, pelo extermínio de populações indígenas e pela morte violenta da população LGBTQIAPN+. Esses dados não são anedóticos – eles precisam atravessar as perguntas e moldar o que entendemos como sendo o campo do PSB, tanto no que diz respeito aos temas abordados quanto no que define quem são as pessoas que compõem o campo.

REFERÊNCIAS

GONÇALVES, Ana Maria. *Um defeito de cor*. Rio de Janeiro: Record, 2006.

WILLIAMS, Raymond. *Cultura e sociedade*. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

CC BY